

O índio brasileiro e a emancipação

ELLEN BRONFIELD GELD

Segundo pude concluir, o decreto que "emanciparia", gradativamente, o índio brasileiro baseia-se em duas circunstâncias. A primeira é que o índio, como vive hoje em seu mundo tribal, é um pupilo do Estado, sob a tutela da FUNAI. Embora lhe seja assegurado o uso irrestrito da terra, sem usurpação de estranhos, em última análise o dono da terra é o governo, e não a tribo.

A segunda circunstância é que se o índio, ou a maioria de sua comunidade, decidir ser "emancipado", isto implica que, satisfazendo uma série de exigências — como ler e escrever português e capacidade de exercer uma profissão — poderá desistir de sua situação de pupilo do Estado e assumir os mesmos direitos de qualquer cidadão brasileiro, embora a terra em que vive ainda lhe seja garantida sob os auspícios do governo.

Essas circunstâncias trazem-me à mente uma série de perguntas que me deixam perplexa. Em primeiro lugar, não posso deixar de pensar porque o índio, que vivia aqui antes de qualquer um de nós, não deve ter exatamente os mesmos direitos de qualquer brasileiro desde o dia em que nasce. Em segundo lugar, por quê deve ser "emancipado" a fim de adquirir esses direitos?

Como é sempre bom procurar soluções a partir das experiências de terceiros, penso que talvez valesse a pena, neste momento, sugerir um exame minucioso dos atuais Estatutos do Índio Norte-Americano. No passado, imagino que os brasileiros, por meio de escravidão e invasão, e os norte-americanos, das guerras e invasão, tenham-se igualado no tratamento injusto aos nativos. Mas, em tempos recentes, os dois países realizaram esforços consideráveis

para ajudar o índio a sobreviver em um mundo moderno, mantendo, ao mesmo tempo, sua identidade tribal. Como todo o território dos Estados Unidos foi ocupado e colonizado há quase cem anos, os norte-americanos tiveram de lidar mais intensamente com esses problemas. Na maioria, apesar de numerosas dificuldades, seus esforços deram resultados positivos.

Em minha opinião, a faceta mais básica, sensata e justa da lei talvez seja o fato de que o índio norte-americano desfruta dos direitos totais de um cidadão desde o dia em que nasce. Para votar, deve ser alfabetizado e satisfazer as exigências específicas do estado em que se encontra sua reserva, como qualquer outro cidadão. E, como qualquer outro cidadão, não precisa demonstrar que é capaz de exercer uma profissão a fim de mudar seu "status". Em outras palavras, não precisa ser "emancipado".

A reserva, entretanto, é uma nação dentro de outra nação. O índio está sujeito às leis de sua tribo, mas essas leis não podem contrariar a Constituição dos Estados Unidos. Não é um pupilo do Departamento do Índio, embora essa instituição lhe forneça assistência técnica e todos os benefícios da previdência social a que tem direito como cidadão norte-americano. São-lhe proporcionados 12 anos de instrução. Assim como qualquer outro norte-americano, não precisa fazer nada para adquirir esses direitos.

O que esta circunstância lhe oferece, portanto, é uma reserva, um lugar onde pode viver a vida tribal ou, se quiser, abandoná-la sem nenhuma formalidade, simplesmente indo embora.

A vida na reserva, em geral, não é fácil. Pois, dentro de sua

área limitada e condições ecológicas, é impossível que exista a multidão de oportunidades principalmente materiais, que estão disponíveis lá fora. O fato de que ainda existem reservas indica, entretanto, que ainda há numerosos índios que as consideram dignas do sacrifício.

É evidente que o contato com a cultura norte-americana deve dar aos índios novos hábitos. Alguns desses hábitos, principalmente o da bebida, têm sido extremamente prejudiciais. Outros têm sido um meio para sobreviver. Por exemplo, os índios tornaram-se tão bons nos negócios e na defesa de seus bens quanto qualquer outro norte-americano. Devido a isto, puderam desenvolver a exploração dos recursos minerais em suas reservas, em benefício próprio. Como a instrução lhes deu novos conhecimentos, numerosos índios também são empregados por empresas não índias, estabelecidas fora da reserva, por contrato especial com as tribos.

Na medida em que os índios norte-americanos vão-se tornando mais requintados, é possível que a vida tribal deixe de existir. É uma possibilidade que ninguém deve tentar impedir, assim como ninguém deve tentar promovê-la. O que é de máxima importância é que os Estatutos do Índio Norte-Americano garantem que, enquanto nativo desejar viver com sua gente, há um lugar onde pode fazê-lo, sem interferência e sem prejuízo de seu "status" de cidadão. É uma simples garantia que, apesar de enormes dificuldades, parece ter funcionado notavelmente bem. Portanto, neste momento em que a existência tribal do índio brasileiro está ameaçada, essa garantia poderia ser estudada a fim de se analisar sua validade.